

D. Luciano defende supressão da reforma agrária da Carta

Da Redação

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que o capítulo da reforma agrária aprovado pelo Congresso constituinte é "fraco" e "não resolve todos os problemas" fundiários do país. Como estratégia, d. Luciano defende a supressão da reforma agrária do texto constitucional, na segunda fase das votações da Constituição (onde será proibida a apresentação de novas emendas mas será possível a retirada de trechos do texto da nova Carta).

Para o novo arcebispo de Mariana (MG), entre o texto aprovado na última terça-feira e o atual Estatuto da Terra, é melhor manter o estatuto. Ele defende a manutenção das terras produtivas nas mãos de seus proprietários somente se estas cumprirem sua "função social". D. Luciano deu essas declarações pouco antes do início de uma palestra ao Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial de São Paulo.

Para um grupo de cerca de 40 jovens, formado por empresários e profissionais liberais, d. Luciano falou da "miséria" e da "pobreza" nacional. Disse ainda que 1% da

população brasileira acumula 17% da renda nacional, enquanto 50% da população têm apenas 12 a 13% das riquezas. Integrantes do segundo grupo, com certeza, não formavam o público de d. Luciano, acomodado na sala de reuniões na sede da Associação Comercial, em São Paulo.

Advogado, 31 anos, o coordenador da Comissão de Assuntos Jurídicos e Tributários do Conselho de Jovens da Associação Comercial, Fernando Mahfuz, considera a visita de d. Luciano "o começo de uma abertura maior para as diversas tendências de pensamento existentes", mesmo que não tenham posições políticas iguais às dos jovens empresários. "Se a parte sindicalista está muito coesa, a parte empresarial é praticamente o oposto", diz. Mahfuz considera que esses encontros e a atuação do Conselho são formas de fazer com que os jovens empresários estejam, no futuro, "crescidos e preparados", para atuar empresarialmente e influenciar politicamente com a coesão que hoje não vê.

Insensível aos argumentos de d. Luciano Mahfuz gostou do texto da reforma agrária aprovado pelo Centro e não poupou elogios a várias posições do grupo. Mas mostra-se "perplexo" com a nova Constituição

que, segundo ele, cria "um mal-estar" pela discriminação das empresas e dos investimentos internacionais. Ele vê os empresários estrangeiros — com os quais mantém contato na empresa de assessoramento jurídico em que trabalha — "céticos, temerosos e cautelosos" com o Brasil da nova Carta.

É do meio empresarial que deve vir, na visão de Mahfuz, o sucessor do presidente Sarney, que espera ver substituído ainda este ano. Antônio Ermírio de Moraes e Olavo Setúbal são, nessa ordem, seus dois preferidos. O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) "daria um bom vice".

José Ernesto Marino Neto, 23, da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho de Jovens Empresários, partilha com Mahfuz muitas idéias em comum e a admiração pelo prefeito Jânio Quadros. Marino achou as posições de d. Luciano "bastante compreensíveis" mas, como empresário, foi logo apontando a principal diferença entre d. Luciano e ele próprio, ou entre a filantrópica Igreja Católica e a mercantil Marino Administração de Negócios: "A busca do lucro."

(Marcelo Bauer)



D. Luciano (ao microfone) fala para o grupo de jovens empresários na sede da Associação Comercial de São Paulo

Contag põe Ulysses em cartaz de 'traidores' Reforma agrária ainda demora

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães (SP), vai encabeçar a lista de "traidores" que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fará divulgar pelo país. A Contag filmou a votação da reforma agrária e vai distribuir cópias para suas federações com os nomes dos que votaram contra, se abstiveram ou faltaram, na sessão que deixou as terras produtivas fora da reforma agrária. Cálculo inicial da Contag aponta uma queda de 2 milhões e 700 mil para 500 mil no número de propriedades sujeitas à reforma com o texto aprovado anteriormente.

"Até terça-feira, com base no Estatuto da Terra e na legislação atual, das 4,5 milhões de propriedades do país, cerca de 2,7 milhões podiam ser objeto de reforma. Agora, este número não passa de 500 mil", diz o tesoureiro da Contag, Francisco Urbano. O presidente, José Francisco da Silva, disse on-

tem, depois de reunir-se com dez federações, que houve "um retrocesso" e adiantou: "Vamos lutar para suprir a expressão 'propriedade produtiva' no segundo turno da Constituinte."

Entende a Contag que o conceito de "propriedade produtiva", incorporado à Constituição, "é indefinido, dúbio. Pode ser uma propriedade com um pé de alface sendo produzido ou, pior ainda, apenas uma propriedade com vocação para produzir".

"Avanço"

Para José Francisco, em relação à política agrícola, houve "avanço". O plano nacional de política agrícola, com participação de agricultores e trabalhadores rurais é um exemplo. Outro, que já havia sido votado, impede a penhora de pequenas propriedades por ocasião dos contratos de financiamento.

Esta proibição de penhora, segundo a Contag, depois de promulgada, impedirá que cerca de "cem mil pequenas propriedades" de Minas,

São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, hoje sujeitas à execução, sejam submetidas a leilão".

Além de, em cada município, divulgar os nomes dos que, segundo a entidade votaram contra a Reforma Agrária, a Contag reunirá suas federações ainda em maio, antes da votação do segundo turno. "Vamos tentar conscientizar a sociedade de que a expressão 'propriedade produtiva' impede a reforma e que nós não queremos a reforma em todas as terras. Queremos que ela possa ser feita, mas, com um termo tão vago, não sobrará nada que preste", diz o presidente José Francisco.

O tesoureiro Urbano levanta outro ponto onde "retroagimos mais de 21 anos, ficando aquém do Estatuto da Terra". De acordo com o Estatuto, as terras onde existem parceiros arrendatários são prioridade para a reforma. Agora, enquanto não há lei ordinária, diz Urbano, fica a pergunta: "Terra produzida por quem? Pelo arrendatário ou pelo proprietário?"

O tesoureiro da Contag diz que a lista de traidores será integrada por parlamentares do PFL, PTB, PDS, PL, PDC, uma ala do PMDB e terá alguns destaques, além de Ulysses: "O Jarbas Passarinho (senador, PDS-PA) bancou o acordo, encaminhou e, na hora de votar o destaque, votou a favor, traíndo o acordo que havia feito com o Mário Covas (líder do PMDB)", afirma Francisco Urbano.

Ulysses

Ele diz ainda o que deverá ser recordado aos trabalhadores rurais: "Em 28 de fevereiro e 1º de março de 87, dois mil trabalhadores estavam reunidos em Brasília. O Ulysses foi lá, posou com a camiseta da reforma agrária, e disse que faria tudo para nos ajudar. E ele nos traiu, manipulando o regimento e dando a vitória a quem teve menos votos do que nós. É hora de tirarmos sua máscara de grande democrata. Ele prometeu ajudar, mas acabou traíndo a reforma agrária", afirma Urbano.

WALTER CENEVIVA

Do equipe de articulistas

Só a União pode desapropriar para fins de reforma agrária. Tudo pelo social dá o tom da reforma possível: estão acoplados no texto da futura Constituição o "interesse social" e a "função social". Existente o primeiro e ausente a segunda com respeito a um determinado imóvel caberá o ato expropriatório para fins de reforma agrária, síntese do capítulo aprovado pelo Congresso constituinte, eliminando o buraco negro que a havia paralisado.

Do ponto de vista jurídico, o jogo dos votos está empatado. Ao preço de excluir as terras produtivas se produziu uma redação intermediária, em que nenhum dos times saiu do zero a zero.

A existência de interesse social já é hoje e continuará a ser definida segundo o exclusivo critério do Poder Executivo. O Judiciário, há longo tempo, firmou sua orientação nesse rumo, recusando-se a apreciar se há essa espécie de interesse. O principal debate futuro girará

ao redor do conceito de "função social", para permitir ou negar desapropriações com o objetivo de implementar a reforma agrária, porquanto as outras desapropriações, com indenização em dinheiro, continuarão como agora.

Os parâmetros definidores da função social estarão determinados na próxima Carta Magna. Consistem na adequação do uso racional dos recursos, preservado o meio ambiente, garantia das relações de trabalho, com resguardo do bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários.

O jogo está empatado. Contudo, os conservadores têm um pênalti a seu favor. Consiste na exigência de lei complementar para definir o processo judicial de desapropriação; de lei ordinária para pormenorizar os requisitos de função social. Sem elas não haverá como implementar qualquer projeto reformista. Antes que essas leis sejam editadas, a reforma agrária ampla será uma esperança. Não mais que uma esperança, no horizonte longínquo.

Jader anuncia a criação de fundo à reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, divulgou ontem, no Palácio do Planalto, decreto assinado pelo presidente José Sarney que cria o Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, a ser constituído com recursos do Finsocial.

Segundo ele, o Fundo deverá contar este ano com Cz\$ 80 bilhões, destinados ao assentamento de 200 mil famílias, através de convênios com os governos estaduais.

O ministro afirmou que a criação do Fundo estava prevista desde 1964 pelo Estatuto da Terra.

"Terra em produção"

Barbalho disse que a denominação de "terra em produção", citada pela atual legislação (decreto-lei 2363, de outubro do ano passado), é mais apropriada do que a definição aprovada pelo Congresso constituinte, de "terra produtiva".

Segundo o ministro, embora a legislação atual seja mais "adequada", não se pode afirmar que o texto aprovado anteriormente pelo plenário do Congresso constituinte seja um retrocesso, pois a continuidade da reforma agrária dependerá da legislação complementar, que definirá a expressão "terra produtiva".

Votação da anistia preocupa Forças Armadas

Da Sucursal de Brasília

Os assessores parlamentares dos ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica receberam instruções para trabalhar pela aprovação do texto da Comissão de Sistematização que regulamenta a anistia aos militares cassados por motivos políticos. "Qualquer descuido nesse assunto pode ferir as bases das Forças Armadas, que são a hierarquia e a disciplina", disse o ministro da Marinha, Henrique Saboia, depois de discutir o tema com mais cinco ministros militares.

O projeto da Comissão de Sistematização, que é idêntico ao do Centro, permite a promoção, na reserva, de militares cassados, em alguns casos desde 1934. Este é o limite tolerado pelos ministros militares. "O que não podemos admitir é que se promova o retorno deles à tropa, o pagamento de soldos de forma retroativa e a anistia aos que foram punidos por atos administrativos ou pela legislação normal", disse Saboia. "A reintegração iria ferir os pilares das Forças Armadas, ela é uma impossibilidade total".

O ministro argumentou que não faz sentido o pagamento de soldos retroativos ao período em que os militares estiveram afastados da tropa "porque eles não prestaram serviço nenhum à Nação ou às Forças Armadas enquanto estiveram fora". Ele exibiu números para reforçar seu ponto de vista: "Um oficial que saiu em 64 no posto de segundo-tenente, teria a receber, em atrasados, Cz\$ 40 milhões. Há nove pessoas nesta situação".

Pelas contas do ministro, se o pagamento de soldos atrasados for



Leonidas, Saboia e Moreira Lima (esq. para dir.); no fundo, Ivan Mendes

aprovado, como propõem algumas emendas de deputados da esquerda, o Ministério da Marinha teria que gastar Cz\$ 140 bilhões. "Não é justo que os senhores (referindo-se aos repórteres) paguem essa conta. E toda a sociedade quem vai ter que pagar por essa reintegração se essa proposta vier a ser aprovada", concluiu o ministro da Marinha.

Em defesa do texto da Sistematização, o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, chegou a citar o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas. "O texto atual foi debatido exaustivamente e representa o interesse geral. Veja que até o senador Mário Covas votou a favor dessa proposta na Comissão de

Sistematização. E por isso que estamos absolutamente otimistas quanto à sua aprovação nos próximos dias", afirmou.

Encerrando a maratona em defesa da anistia restrita, o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, lançou uma verdadeira palavra-de-ordem a seus colegas de farda: "Todo o apoio à Comissão de Sistematização", conclamou o ministro. "Esse é um assunto de muita importância e o projeto da Comissão de Sistematização é o único que realmente serve a todos", disse Leonidas.

CPI

O ex-ministro Mário Andreazza e

dois outros mortos ilustres foram citados pelo general Leonidas Pires

Gonçalves, ministro do Exército, como exemplo de que ninguém deve lançar acusações sobre homens públicos sem ter provas concretas, numa alusão às denúncias formuladas no âmbito da CPI da Corrupção, do Senado, contra autoridades do governo Sarney. "Queremos que a corrupção seja punida", disse Leonidas, "mas não se deve falar aleatoriamente sobre ela sem comprovação dos fatos".

"Eu me recordo de homens que foram acusados em vida e terminaram provando uma grande honrabilidade", afirmou, citando como exemplos o ex-ministro Mário Andreazza, além de João Alberto Lins de Barros (interventor nomeado por Getúlio Vargas para São Paulo) e Israel Pinheiro (ex-governador de Minas e um dos construtores de Brasília). "Enquanto a CPI for instrumento de combate à corrupção, tem meu apoio, mas se virar instrumento de política, esse apoio eu nego", afirmou.

O ministro argumentou que as críticas sem provas provocam dois problemas: "Primeiro, elas não permitem que se faça justiça para os acusados, segundo, elas frustram o povo, fazendo-o pensar que nesse país não se pune ninguém". Segundo o ministro, "é claro que não se pune aquele contra quem se assacam coisas que não se pode provar depois". Perguntado sobre se esse tipo de erro estaria sendo cometido pela CPI, Leonidas respondeu que "esse tipo de injustiça pode estar acontecendo".